

# 197 Líder do Governo não terá gabinete

O líder do Governo na Câmara perderá privilégios como a manutenção de gabinete e assessoria próprios de lideranças partidárias; os blocos parlamentares previstos na Constituição só poderão ser criados por agrupamento de partidos, que somem 5 por cento dos membros da Casa; as bancadas com menos de três parlamentares não poderão eleger líderes, somente representantes. Estes foram os principais pontos definidos até às 21h de ontem, pela Comissão que elabora o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em sua primeira sessão de votação do anteprojeto assinado pelo relator Nelson Jobim.

O presidente da Comissão, deputado Arnaldo Prieto (PFL/RS), previa no começo da sessão de ontem, que todo o anteprojeto estaria votado até hoje. As 21h, no entanto, somente 16 dos 299 artigos do texto estavam decididos, apesar da grande quantidade de destaques que foram retirados por seus autores. A proposta de Jobim esbarrou logo cedo no apego à tradição manifestado pelo deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB/MG), que só ontem assumiu uma vaga aberta no quadro da Comissão e passou a questionar e lançar críticas a vários dispositivos que representam inovação das normas regimentais.

A Comissão aprovou, no entanto, todo o capítulo relativo aos líderes na Câmara, que prevê eleição de liderança somente em bancadas com três ou mais membros e corta vários privilégios do líder do Governo. Ele mantém as prerrogativas de integrar, como membro nato, o Colégio de Líderes (outra figura nova na Casa); falar em sistema de rodízio, nas sessões plenárias, para defender sua linha política; e indicar à Mesa a relação dos seus vice-líderes.

A pequena comissão, de apenas 13 membros, garantiu democraticamente, com parecer favorável do relator, que os pequenos partidos se unam em bloco. A emenda aprovada, do deputado José Genoíno (PT/SP), reduziu de 10 para 5 por cento a exigência de número de parlamentares na formação do bloco por partidos. Se fosse mantido o texto, levando-se em conta a eleição no Tocantins, que elevará para 500 o número de deputados federais, as pequenas bancadas unidas não somariam 50 membros. Nelson Jobim, ao defender a proposta de Genoíno, lembrou que com esta decisão os pequenos partidos vão poder se unir ainda nesta legislatura, com 25 deputados.

Gerou discussão, por iniciativa de Israel Pinheiro, a questão da recondução para o mesmo cargo, mas em legislaturas diferentes, de um membro da Mesa diretora da Casa. O peemedebista mineiro insistia que não conseguia entender o texto formalizado por Jobim, colocava em dúvida sua redação e seu conteúdo. O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), saiu em defesa da proibição da reeleição na mesma legislatura, lembrando que é muito fácil a um Presidente, por exemplo, influenciar seu eleito mediante promessas de privilégios e outros artifícios.

Israel Pinheiro Filho fez a tradição vencer quando conseguiu aprovar uma proposta que suprimiu uma inovação de Nelson Jobim. O relator pretendia deixar à deliberação do plenário da Câmara a decisão de eleger a Mesa por cargo ou por chapas. Israel considerou que estas duas opções seriam uma imposição aos parlamentares; Jobim insistiu que prever apenas por cargos, como é atualmente, seria "engessar" uma forma que nem todos apóiam.